

---

# APRESENTAÇÃO

A Revista Veredas do Direito - Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável - periódico de excelência atestado pelo Ministério da Educação, detentor do Estrato A2 do Sistema Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) apresenta à comunidade científica mais um número.

Como efeito, a Revista Veredas tem ligação umbilical com o Programa de Pós-Graduação em Direito da Escola Superior Dom Helder Câmara, cujo Mestrado Acadêmico tem como Área de Concentração o Direito Ambiental e o Desenvolvimento Sustentável.

Registre-se, por oportuno, que a Escola Superior Dom Helder Câmara é, sem dúvida, uma das melhores faculdades de Direito do país, estando, inclusive, segundo o ranking do jornal Folha de São Paulo, entre os sete melhores cursos jurídicos do Brasil entre as instituições particulares.

Neste exemplar, convidamos a Professora italiana Chiara Hassemer, *Laurea in Giurisprudenza presso l'Università Degli Studi di Roma Tor Vergata*, para apresentar seu trabalho intitulado “Ambiente e territorio in una prospettiva europea e italiana”. A autora apresenta, em seu trabalho, um panorama da legislação italiana sobre meio ambiente, explicando os esforços empreendidos pelo governo da Itália para que houvesse uma adaptação das normas internas às normas da União Europeia. No texto, a professora Chiara destaca a nova programação dos Fundos Estruturais para o período 2014 a 2020, ressaltando a proteção e a melhoria do meio ambiente e a promoção de medidas destinadas a evitar que alterações climáticas sejam um risco à qualidade de vida.

Os professores Doutores Émilien Vilas Boas Reis e Kiwonghi-Bizawu apresentaram sua profícua pesquisa sobre a Encíclica *Laudato Si* à luz do Direito Internacional do Meio Ambiente, em um brilhante artigo no qual demonstram a preocupação da Igreja Católica Romana com a preservação ambiental. Como bem ressaltam os autores, “O texto procura abordar a preocupação papal sobre o cuidado da casa comum, que é a mãe Terra, o nosso planeta, que clama por um agir rápido dos Estados desenvolvidos em face da ameaça de destruição em decorrência do aquecimento global, ocasionada pelas mudanças climáticas, sendo tal luta um imperativo moral para salvar a humanidade da ganância e da indiferença dos ricos.”

O terceiro artigo, de autoria dos professores José Adércio Leite

---

Sampaio e João Batista Moreira Pinto, intitulado “O Federalismo Ambiental na Austrália e na Índia”, apresenta um estudo de Direito Comparado Constitucional e Ambiental de dois importantes países do cenário mundial. Demonstram, após profundo estudo, inclusive antropológico, que mesmo devido às grandes diferenças culturais, tanto na Índia quanto na Austrália, observa-se que o ativismo judicial em matéria ambiental é uma característica comum a ambas as nações.

O quarto trabalho, cujo título é “Fiscalização Cidadã: Da Construção do conceito de Cidadania à efetivação de seu exercício por meio da fiscalização de Infrações Ambientais”, de autoria de Andréia Mendonça Agostini, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, e Helene Sivini Ferreira, da Universidade Federal de Santa Catarina, tem como tema central o conceito e alcance da expressão “Cidadania Ambiental”.

Larissa Nunes Cavalheiro, da Universidade Federal de Santa Maria, e Luiz Ernani Bonesso de Araújo, Doutor e Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, apresentam seu estudo sobre a “Sociobiodiversidade Refletida no complexo contexto da multiculturalidade de saberes”, artigo que se estruturou sobre duas questões: a primeira abordou a concepção reducionista da biodiversidade quando vinculada à razão de ser do mercado. A segunda, destacando a diversidade de saberes, discorre sobre a denominada Dinâmica das Partes.

O sexto artigo, das professoras Consuelo Yatsuda Moromizato Yoshida, Doutora e Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e Aline Marques Marino, do Centro Universitário Salesiano de São Paulo, tratam da utilização do amianto a partir do julgamento da ADI 2.656-9/SP. Narram o objeto da Ação Declaratória de Inconstitucionalidade em que o governador do Estado de Goiás abordou a declaração de inconstitucionalidade de alguns dispositivos da Lei nº 10.813/2001, do Estado de São Paulo, onde houve limitação da importação, da extração, do beneficiamento, da comercialização, da fabricação e a da instalação de produtos ou materiais que contenham qualquer tipo de amianto.

Mariana Ribeiro Santiago e Livia Gaigher Bósio Campello, ambas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, apresentam artigo cujo título é “A Responsabilidade Civil por Atividade de Risco eo Paradigma da Solidariedade Social”. Nesse trabalho, as autoras fazem um cotejamento entre os dispositivos do Código Civil brasileiro no tocante à Responsabilidade Objetiva e suas nuances diante da proteção ambiental.

“A Quem Pertence a Biodiversidade?” Com esta indagação, as

---

professoras Fernanda Medeiros e Leticia Albuquerque, ambas Doutoradas em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, tratam do intrigante tema da Biodiversidade a partir do Marco Regulatório brasileiro, tendo como mote a Convenção da Diversidade Biológica, firmada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, perpassando por vários documentos até os recentes projetos de lei de 2014 sobre aquele tema.

O professor Vladimir Passos Freitas, Doutor e Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná, apresenta seu estudo sobre as cachoeiras, demonstrando, com peculiar cientificidade jurídica, as questões ligadas à Exploração Econômica e à Proteção do Meio Ambiente de um dos mais belos ambientes naturais.

O décimo artigo, da lavra de Marcele Scapin Rogerio e Toshio-Nishijima, ambos do Rio Grande do Sul, tem como título o “O Direito ao Meio Ambiente Sustentável por Meio da Educação Ambiental voltada ao Uso Racional da Propriedade Rural e ao cumprimento da sua Função Social”. Os autores sustentam que é possível o alcance ao direito a um meio ambiente sustentável por meio da educação ambiental direcionada ao uso racional da propriedade rural, mediante o cumprimento da função social a ela delegada.

Bianca Pazzini, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e Raquel Fabiana Lopes Sparenberger, da Universidade Federal de Santa Catarina, com o artigo “A produção e o consumo de carne como prejudiciais ao Meio Ambiente, aos Direitos Humanos e aos Direitos Animais: perspectivas para um efetivo Direito Humano à alimentação adequada”, apresentam a problemática relativa à necessidade de apuração dos efeitos da produção e consumo de carne (e de outros produtos de origem animal), sob a égide do direito humano à alimentação adequada e da garantia da segurança alimentar e nutricional.

Com o artigo “Concretização da repartição de benefícios em conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade no Brasil”, Luciana Laura Carvalho Costa Dias, do Centro Universitário de Brasília, e Maria Edelvacy Pinto Marinho, Doutora em Direito pelo IEDES - Université de Paris I - Pantheon Sorbonne, traçam um panorama atual do real cumprimento material dos ditames legais acerca da repartição de benefícios em relação aos Conhecimentos Tradicionais Associados à Biodiversidade (CTA).

---

O décimo terceiro trabalho, das professoras Zelma Tomaz Tolentino, Mestre em Direitos Humanos pela Universidade Tiradentes (Aracaju/SE), e Liziane Paixão S. Oliveira, Pós-Doutora pela Universidade Aix-Marseille III, na França, e Professora da Universidade Tiradentes (Aracaju/SE), intitula-se “Pachamamae O Direito à Vida: Uma Reflexão na perspectiva do Novo Constitucionalismo Latino Americano” tem por objetivo - segundo as autoras - trazer uma reflexão sobre a Pachamama como instrumento para garantia do direito à vida na nova sistemática constitucional latino-americana. A Pachamama, na cultura andina, é considerada mais que uma divindade; ela é a natureza que cria e recria os elementos da vida, e o ser humano é parte integrante dela, merecedora de proteção jurídica.

O último artigo, porém, obviamente, não menos brilhante, de autoria de Bruno Cozza Saraiva, Mestrando em Direito Público na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), e Francisco Quintanilha Veras Neto, Pós-Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, tratam do “Estado, Constituição e Globalização: A Retomada do Social e a construção do Ambiental”. No trabalho, os autores destacam que o Estado, inserido em um contexto transnacional, seja a representação da retomada da promessa social, como também -e principalmente- da edificação do Meio Ambiente como garantia prioritária da vida e da continuidade do Planeta.

Assim, com enorme prazer, a Revista Veredas do Direito e a Escola Superior Dom Helder Câmara apresentam à comunidade científica mais um exemplar de um dos melhores periódicos do Brasil que, inexoravelmente, trata do maior bem que todos temos: A Vida!

***Elcio Nacur Rezende***

Editor da Revista Veredas do Direito  
Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito da  
Escola Superior Dom Helder Câmara